
O Livro de Todos os Livros

EDUARDO PRADO COELHO

O Livro, José Afonso Furtado. Lisboa: Difusão Cultural, 1995. 174 p. (O que é; 17).

1. Dou um exemplo. Ao escrever esta crónica no meu computador, tenho necessidade, chegando ao fim, de corrigir eventuais erros. Se escolho a hipótese de reler tudo no ecrã do computador, já sei que corro o risco de deixar passar algumas gralhas. Se optar por imprimir uma cópia, e fizer as correcções sobre um texto inscrito numa folha de papel, os erros são para mim mais facilmente detectáveis. Pergunto: será isto uma manifestação da minha falta de «computer literacy»? Roger Chartier explica-nos muito bem que «se os textos se emancipam da forma que foi a sua desde os primeiros séculos da era cristã (...) todas as tecnologias intelectuais, todas as operações implicadas na produção da significação se encontram modificadas. (...) o fim do codex significará a perda dos gestos e das representações indissolúvelmente ligados ao livro, tal como o conhecemos». E José Afonso Furtado irá mencionar o título de um capítulo de uma obra de Pierre Lévy: «Requiem pela página».

2. Se há um livro que qualquer amador de livros não poderá deixar de ler na temporada de 95/96, julgo que ele só poderá ser «O Que É o Livro», publicado na conhecida colecção da Difusão Cultural por José Afonso Furtado, e foi lá, como é óbvio, que fui buscar as referências e citações do parágrafo anterior. Trata-se do livro de todos os livros, e não só.

«O Que É o Livro» é uma obra de grande qualidade, não apenas pela imensa soma de informações que nos dá, em páginas de um notável rigor enciclopédico, e de uma assinalável capacidade de síntese, como pela forma ponderada e intelente como José Afonso Furtado coloca o grande problema com que nos confrontamos nos nossos dias: estaremos de facto a viver uma extraordinária revolução de que nem ainda nos apercebemos todas as consequências? Citando de novo Chartier, José Afonso Furtado diz-nos que «a revolução do presente é, sem dúvida, de maior alcance que a de Gutenberg. Ela modifica a técnica de reprodução do texto, mas também as estruturas e as próprias formas do suporte que o comunica aos leitores».

Retomando uma proposta de Manuel Maria Carrilho (que tem a originalidade, entre os filósofos portugueses, de se interessar de perto pelas consequências das novas tecnologias de comunicação), José Afonso Furtado fala-nos na possibilidade de três atitudes face à dimensão dos acontecimentos: a primeira é catastrofista, implica uma interminável litania por tudo o que se perde e perderá; a segunda é jubilatória, e corresponde a uma euforia algo perturbante em relação a tudo o que nos aguarda (é o caso de um Negroponte, que a Caminho acaba de publicar, e que tem a vantagem de dizer de caras que não gosta de ler e se aborrece com Shakespeare, ou, numa versão infinitamente mais culta e europeia, o de Pierre Lévy, que vê a democracia do saber e do poder no terminal dos computadores); a terceira, que se inspira num termo de Rorty, é a irónica, que implica uma abordagem simultaneamente aberta e distanciada. Como é óbvio, José Afonso Furtado opta por esta, embora por vezes o entusiasmo com que confronta com a posição catastrofista o leve a aproximar-se aqui ou ali da posição jubilatória.

3. Parte-se de tentativas diversas de definição do livro para chegar a uma espécie de invariante estrutural: um livro é sempre uma associação de uma componente material e de outra espiritual (em Kant, a distinção entre «opus e opera»). Em seguida, desenvolvem-se as implicações disto mesmo no plano dos textos («Na verdade, nunca se escrevem livros, escrevem-se textos»), para se afirmar que «se todo o texto o é para um suporte que é também uma superfície de inscrição e que o dá a ler, se não há compreensão da escrita que não dependa das formas em que se apresenta, é igualmente certo que suportes e formas condicionam a própria escrita»). Daí um percurso muito interessante e documentado sobre o aparecimento da leitura e da escrita e as suas várias modalidades, em que irá dizer que a escrita alfabética assinala uma passagem política do sagrado ao profano, e da seita à comunidade. E avançaremos depois pela questão dos suportes ou

das práticas e regras de leitura. Neste ponto seria bom reabilitarmos a regra de São Bento: três horas de leitura por dia no Verão, duas no Inverno, e um pequeno livro para as viagens a ler nos momentos de pausa. Vemos a seguir a passagem do manuscrito para o livro impresso e para o paradigma do que define o processo cultural da modernidade, com uma progressiva privatização das práticas da leitura e a instalação de uma leitura extensiva no lugar de uma leitura intensiva.

Considera-se no capítulo seguinte o livro como mercadoria. E nesta matéria José Afonso Furtado dá-nos páginas preciosas para mostrar que o livro é também uma mercadoria, mas é uma mercadoria com características muito específicas. Vão ser analisados o processo de formação de estratégias editoriais, as formas de concentração e diversificação, as novas técnicas de fabricação, a evolução das bibliotecas, as redes de distribuição e sobretudo a emergência de uma indústria global de comunicação. No momento em que o Ministério da Cultura propõe (desmentindo o persistente e idiota lugar-comum de que pensar é incompatível com decidir) um importante pacote de medidas relativas ao livro, passando pela aplicação do preço fixo e pelo enérgico combate á fotocópilagem, a leitura destas páginas é fundamental.

4. Resta o mais importante: o livro, que futuro? José Afonso Furtado tem duas teses cruciais: a primeira diz-nos que a oposição entre componente material e espiritual salta com o paradigma digital. Assistimos a uma imaterialização do suporte. Não é o material que ganha ao imaterial, nem o contrário. É como se a oposição se desconstruísse na prática. É por isso que este processo é homólogo ao que Jacques Derrida realizou quando, em «De la Grammatologie», desconstruiu a oposição Sausauriana entre signifi-cante e significado, e esta homologia é que é hoje fundamental (os trabalhos recentes, e magníficos, de Bernard Stiegler desenvolvem este campo de reflexão).

A segunda tese pretende mostrar-nos que, se a edição electrónica se vai tornar inelutável no domínio das enciclopédias e dicionários, em livros didáticos e técnicos, na investigação científica ou em livros lúdicos para crianças, «parece pouco provável que obras de ficção, poesia ou dramatur-gia possam ter sucesso neste suporte». Também penso o mesmo. Mas não posso deixar de considerar que haverá graves consequências se passarmos de uma prática da leitura dominada pela noção de texto (e de livro, em todas as acepções do termo) para uma leitura colonizada pelo paradigma do hipertexto e da rede, com a necessária desvalorização do autor (o que elimina a relação transferencial que todo o amor da leitura pressupõe) ou

a ideia de que um leitor pode intervir na história que lê para fazer «a escolha do fim que mais lhe agrada» (o que suprime todo o espaço para a tragicidade do destino que faz a dignidade do humano). E não estou nada certo, ao contrário do que José Afonso Furtado sugere, na linha de Bolter, que a emergência de uma cultura de rede leve a uma cultura do particular e do individual. Neste ponto, julgo que a lei do individualismo de massas é clara: a multiplicação das diferenças é o esmagamento das diferenças que fazem diferença pelas diferenças que não fazem diferença. Donde, sou levado a pensar que a ideia de formarmos, quase secretamente, uma Sociedade dos Amigos do Texto (como Barthes desejava) ou a proposta de «houses of reading» de Steiner não correspondem forçosamente a excentricidades anacrônicas.

MORADA Embaixada de Portugal
ADDRESS 3, rue de Noisiel
75 116 Paris
Tel.: (331) 47 27 35 29
Fax: (331) 44 05 94 02/47 55 00 40